

HABEAS CORPUS Nº 434.323 - SP (2018/0015727-9)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DULCINEA NASCIMENTO ZANON TERENCIO
ADVOGADO : DULCINEIA NASCIMENTO ZANON TERENCIO -
SP199272
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
PACIENTE : ROSANI ROSA ZANELLA (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. ART. 273, § 1º-B, I, III E IV, DO CÓDIGO PENAL. SENTENÇA CONDENATÓRIA. NEGADO O DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. SUPERVENIENTE JULGAMENTO DA APELAÇÃO. NOVO TÍTULO. PERDA DO OBJETO.

Habeas corpus prejudicado.

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de **Rosani Rosa Zanella**, apontando-se como autoridade coatora a Quinta Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (HC n. 0004089-51.2017.4.03.0000/SP).

Narram os autos que o Juízo da 5ª Vara Federal de Guarulhos (Autos n. 0003056-07.2014.4.03.6119) condenou a paciente e o corréu Amaurício Wagner Biondo a 7 anos de reclusão, em regime inicial semiaberto, e 700 dias-multa, como incurso no art. 273, § 1º-B, I, III e IV, do Código Penal (fls. 41/44). Na oportunidade, foi vedado o direito de recorrer em liberdade.

Impetrado *writ*, na origem, a Corte federal denegou a ordem nos termos desta ementa (fl. 47):

"PENAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ORDEM DENEGADA.

1. Não há incompatibilidade entre a negativa de recorrer em liberdade, a decretação ou a manutenção da prisão cautelar pela sentença e a fixação do regime semiaberto de cumprimento de pena. Há necessidade, todavia, de proceder à expedição da guia de recolhimento provisória para o recambiamento do acusado para estabelecimento prisional adequado ao regime de cumprimento de pena fixado na sentença (STJ, RHC n. 52739, Rei. Min. Jorge Mussi, j. 04.11.14, HC n. 286470, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, j. 07.10.14, RHC n. 39060, Rei. Min. Regina Helena Costa, j.

25.02.14).

2. A impetrante postula a concessão do direito de recorrer em liberdade à paciente Rosani Rosa Zanella, condenada pelo Juízo da 5ª Vara Federal de Guarulhos (SP) a cumprir as penas de 7 (sete) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias-multa por ter praticado o crime previsto no art. 273, § 1º-B, I, III e IV, do Código Penal (fls. 141/154).

3. Trata-se de paciente beneficiada com liberdade provisória em 09.05.14, poucos dias após ter sido detida em flagrante por infração ao disposto no art. 273 do Código Penal (fls. 20/21 e 58/61), sendo-lhe fixadas medidas cautelares alternativas à prisão (CPP, art. 319) consistentes em comparecimento mensal em juízo, proibição de ausentar-se da comarca e do País sem autorização judicial, obrigação de comunicar eventual mudança de endereço e fiança arbitrada em 5 (cinco) salários mínimos.

4. Os indicativos de reiteração delitiva da paciente não se confundem com a figura da reincidência e ensejam, no presente caso, a manutenção da decisão impugnada, com fundamento no art. 312, caput, c. c. o art. 313, I, do Código de Processo Penal, dada a indispensabilidade da custódia preventiva para garantia da ordem pública.

5. A prisão da paciente em território estrangeiro teria sido efetivada, consoante extraído da documentação procedente de autoridade judicial do Paraguai, juntada a estes autos mediante cópias simples (fls. 165/172).

6. Não cabe análise acerca dos trâmites da ordem de prisão administrativa acima transcrita, decretada por autoridade estrangeira para os fins de efetivação do eventual pedido de extradição ativa (fls. 158/162).

7. Ordem de habeas corpus denegada."

Daí o presente *mandamus*, em que a impetrante alega, em síntese, ausência de fundamentos concretos para manutenção, na sentença, da prisão da paciente.

Destaca que *a paciente foi presa em 17 de outubro de 2017, pela interpol, no Paraguai, e encontra-se presa em regime fechado, aguardando possível extradição para o Brasil, sem qualquer previsão de quando isso efetivamente ocorrerá. Ressalte-se, que por si só, a paciente já está cumprindo pena em regime mais gravoso do que aquele determinado em sentença condenatória* (fls. 4/5).

Requer, inclusive liminarmente, a concessão do direito de a paciente recorrer em liberdade, *ainda que se faça necessário o uso da pulseira eletrônica (medida cautelar), estendendo-se o benefício ao corréu* (fl. 17).

Em 25/1/2018, a liminar foi indeferida pelo Ministro Humberto Martins - Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

Prestadas as informações, o Ministério Público Federal opinou, pelas palavras do Subprocurador-Geral da República José Adonis Callou de Araújo Sá, pelo não conhecimento do *habeas corpus*, e pela denegação da ordem.

Em consulta à página do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, na internet, observei que foi interposta apelação criminal contra a sentença condenatória, a qual foi julgada em 15/10/2018.

É o relatório.

O presente *writ* perdeu o objeto.

Conforme relatado acima, diante das informações obtidas em consulta à página da Corte local na internet, nota-se que, na data de 15/10/2018, sobreveio o julgamento da apelação criminal interposta pela defesa, oportunidade em que foi mantida a sentença e determinada a execução provisória da pena.

Ora, com a superveniência do julgamento da apelação, fica prejudicado o writ anteriormente impetrado, uma vez que a medida, a partir de então, tem novo título judicial que alterou o cenário fático-processual (AgRg no RHC 40.342/SP, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 5/11/2015).

Ainda nesse sentido: RHC n. 45.983/SP, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 26/10/2015; AgRg nos EDcl no RHC n. 37.154/RJ, Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 25/3/2015.

Ademais, no caso concreto, é inviável a concessão do direito de recorrer em liberdade, pois a prisão cautelar foi decretada com fundamentação idônea, considerando-se que a paciente e o corréu Amaurício estavam foragidos desde o início do processo e, no curso de liberdade provisória,

voltaram a infracionar, sendo presos no Paraguai.

Ante o exposto, **julgo prejudicado** o *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

